



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

FLAVIANO ACÁCIO MELO FALCÃO

A DISTINÇÃO ENTRE JUÍZOS ANALÍTICOS E SINTÉTICOS: SUA  
IMPORTÂNCIA para OS CONHECIMENTOS SINTÉTICOS *A PRIORI*.

Brasília

2017

FLAVIANO ACÁCIO MELO FALCÃO

A DISTINÇÃO ENTRE JUÍZOS ANALÍTICOS E SINTÉTICOS: SUA  
IMPORTÂNCIA para OS CONHECIMENTOS SINTÉTICOS *A PRIORI*.

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Bacharelado em Filosofia pelo  
Instituto de Ciências Humanas da Universidade de  
Brasília–Unb.

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Rossinetti Rufinoni

BRASÍLIA

2017

FLAVIANO ACÁCIO MELO FALCÃO

A DISTINÇÃO ENTRE JUÍZOS ANALÍTICOS E SINTÉTICOS: SUA  
IMPORTÂNCIA para OS CONHECIMENTOS SINTÉTICOS *A PRIORI*.

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Bacharelado em Filosofia pelo  
Instituto de Ciências Humanas da Universidade de  
Brasília–Unb.

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Rossinetti Rufinoni

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

O candidato foi considerado aprovado pela banca examinadora.

Professora Doutora Priscila Rossinetti Rufinoni - UNB

Orientadora

Professor Doutor Cláudio Araújo Reis - UNB

Membro

Para minha esposa, Miran Pires Boaventura Falcão, minha força e apoio, e nossas filhas Raquel, Débora e Rebeca Boaventura Falcão, manifestação da bondade de Deus e nossa sobrinha/filha Andrezza Brenda Boaventura do Nascimento, exemplo de perseverança e força, com carinho, respeito e gratidão.

## AGRADECIMENTO

Primeiro agradeço a Deus pelo amor e bondade infinitos.

Agradeço sobremaneira à minha orientadora, Professora Doutora Priscila Rossinetti Rufinoni, pela inestimável ajuda e apoio dispensados e sobretudo pela paciência e compreensão. O interesse pelo tema surgiu a partir de suas aulas de epistemologia na UnB. Eventuais acertos que esse trabalho possa ter são frutos do conhecimento adquirido. Muito obrigado.

Agradeço por ter, gentilmente, aceitado o convite para participar da banca ao Professor Doutor Cláudio Araújo Reis, bem como pelo amadurecimento intelectual haurido de suas aulas. Muito obrigado.

Agradeço aos Professores Nelson Gomes, Cláudio Araújo Reis, Priscila Rossinetti Rufinoni, Alexandre Costa-Leite, Felipe Amaral, Maria Cecília P. de Almeida, Erick Calheiros, Evaldo Sampaio, Samuel José Simon e Raquel Imanishi Rodrigues pelo incentivo e contribuição teórica ao nosso aprendizado. Meu muito obrigado e gratidão.

Não poderia deixar de expressar meu agradecimento especial também aos zelosos e atenciosos servidores e estagiários lotados no Departamento de Filosofia, Liliane Maria Belo (Secretaria de Graduação), Mariene Azevêdo (Secretaria de Graduação), Nádia Dulcinéa (Secretaria Pós- Graduação), Sammuel Augusto (Técnico Pós-Graduação), Analiana Rodrigues (Estagiária de Graduação), Julia Sassi (Estagiária de Graduação), Raysa Fonseca (Estagiária Pós-Graduação) e Yasmin Amany (Estagiária Pós-Graduação) e o faço em nome do Daniel Santos (Técnico em Assuntos Educacionais), que está sempre à disposição de todos quantos buscam ajuda no Departamento de Filosofia. Meu muito obrigado.

## RESUMO

Kant, na sua filosofia crítica, parte do idealismo cartesiano e do empirismo inglês para desenvolver uma análise crítica dos mecanismos do conhecimento com a finalidade de verificar a sua legitimidade, bem como os limites do conhecimento teórico. Neste campo de investigação sobre o conhecer, várias questões apresentam-se como objeto de análise e reflexão como é o caso de saber os modos de conhecer, se o conhecimento é um ato de razão, o papel da intuição, diferenças entre intuição e conhecimento discursivo, a certeza do conhecimento, a verdade do conhecimento, entre tantas outras. De acordo com o racionalismo vigente à época de Kant, todo conhecimento a partir dos sentidos e da experiência é ilusão e a verdade existe a partir do conhecimento e da razão pura. Kant, contudo, se opõe a tal concepção e vai defender um racionalismo crítico ou formal. Para ele, todo conhecimento das coisas por meio do entendimento puro ou da razão pura é que é mera ilusão ou aparência, pois o conhecimento, embora dependa também da razão, começa com a experiência e é nesta que está a verdade. De acordo com tal concepção kantiana, os objetos dos sentidos não existem independentemente ou antes da experiência, portanto, só existem na experiência. Todavia, Kant mostrou que apesar de o conhecimento se fundamentar na experiência, esta recebe o influxo das formas *a priori* da sensibilidade e do entendimento, características da cognição humana. Ainda tendo a experiência como pano de fundo do conhecimento, entende (B 195) que para um conhecimento ter **realidade objetiva**, isto é, se refira a um objeto e nele encontre sentido e significado, deverá o objeto poder ser dado de qualquer maneira. Sem isto, os conceitos seriam vazios e, acrescenta ele, que a possibilidade da experiência é o que confere realidade objetiva a todos os nossos conhecimentos *a priori* (A 156). Ver-se-á, neste breve e simples trabalho monográfico, que Kant defende a existência de três tipos de juízos, ou seja, juízo sintético a posteriori, juízos sintéticos *a priori* e os juízos analíticos. Destaca que não interessa à ciência este último visto que apesar de dotados de universalidade e de necessidade, não oferecem nenhum incremento ao desenvolvimento da ciência. De igual maneira não têm importância para a ciência os juízos sintéticos a posteriori por não serem universais e necessários, ou seja, são apenas contingentes e particulares. Será visto, então, que para ele importante para a ciência são os **juízos sintéticos *a priori***, pois além das características da universalidade e da necessidade, fazem progredir o conhecimento. Será focada

atenção também neste ponto porque segundo o empirismo moderno não existem os juízos sintéticos *a priori* ou simplesmente a ciência não precisa deles. Será analisada a distinção entre os juízos analíticos e sintéticos de origem kantiana, bem como a posição quineana que nega tal distinção. Essa teoria terá longa herança filosófica, servindo de norte aos empiristas lógicos até, por fim, ser criticada por Carnap e por Quine que foi aluno de Carnap. O objetivo deste trabalho é traçar brevemente a histórica conceitual desse problema central para a teoria do conhecimento.

Palavra-chave: Juízos Analíticos. Juízos Sintéticos. Juízos Sintéticos *a Priori*.

Distinção.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 LÓGICA – NOÇÃO</b> .....	10
1.1 Lógica geral pura e aplicada.....	13
1.2 Lógica Geral Analítica e Lógica Geral Dialética: Critério de verdades.....	14
1.3 Lógica Transcendental Analítica e Lógica Transcendental Dialética.....	16
<b>2. CONHECIMENTO PURO E EMPÍRICO: CARACTERÍSTICAS</b> .....	17
<b>3. JUÍZOS ANALÍTICOS E JUÍZOS SINTÉTICOS: DISTINÇÃO</b> .....	19
<b>4. CÍRCULO DE VIENA</b> .....	22
4.1 Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem .....	23
4.2 Proposições sem sentido ou pseudoproposições.....	24
4.3 Condições de verdade e método de verificação.....	26
4.4 Sintaxe Lógica como critério de identificação das pseudoproposições.....	28
4.5 Causas ou origens da formação das pseudoproposições.....	29
4.6 Filosofia como método de interpretação como função residual.....	31
<b>5. OS DOIS DOGMAS DO EMPIRISMO</b> .....	32
5.1 Natureza significado: Noções de analiticidade e de sinonímia.....	32
5.2 Classes de enunciados em Quine e o holismo confirmacional.....	34
<b>6. CONCLUSÃO</b> .....	40
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	42



## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, a partir da leitura da lógica kantiana, dos juízos sintéticos e analíticos, será pesquisado/investigado sobre a atualidade, importância e influência da concepção kantiana daqueles dois juízos. Também será objeto de análise o texto de Rudolf Carnap que trata da Superação da Metafísica pela Análise Lógica e a crítica que Willard Quine faz à noção kantiana de analiticidade e a sua recusa em admitir a existência de uma distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos. Tem, assim, a presente pesquisa uma vertente mais propriamente histórico-conceitual do que argumentativa, dada a difícil compreensão da obra objeto de investigação, ou seja, a Crítica da Razão Pura.

Sabe-se que com a idade moderna a indagação do pensamento não é mais a questão do ser, isto é, se existe isso ou aquilo e sim a questão de conhecer, isto é, o que é possível conhecer e o critério de certeza acerca de adequação do pensamento e objeto. Neste contexto, a questão que surgiu quase como uma consequência natural foi a questão do método. De outro lado, se a questão do ser cedeu espaço à questão da possibilidade do conhecimento, o foco deixou de ser o objeto e se deslocou para o sujeito, o sujeito que conhece. Essa questão atinente à origem e à possibilidade do conhecimento remonta aos gregos antigos e já havia uma dicotomia entre o racionalismo e o empirismo. No tempo de Kant o empirismo dominava entre os ingleses e o racionalismo predominava na Europa Continental. Na idade moderna o racionalismo, que tem ênfase no poder de conhecer da razão, tem como representante ilustre Descartes que realçou a capacidade humana de construir o seu conhecimento e que tomou, assim, como ponto de partida a consciência e, de outro lado, como representante do empirismo, que exalta o papel dos sentidos e da experiência sensível no processo do conhecimento, pode-se citar David Hume, aquele que teria despertado Kant de seu sono dogmático.

Kant, contudo, considerando que as duas concepções eram insuficientes e problemáticas, queria superar a dicotomia entre o racionalismo e empirismo porque para ele tudo que conhecemos não vem somente dos sentidos e nem derivam somente da razão. O conhecimento tem sua fonte nos juízos universais - razão, mas emana também da experiência sensível. A superação da contradição entre racionalistas e empiristas se dá através da sensibilidade que recebe as intuições externas e com o entendimento que é algo que já existe em

nós - *a priori*. O ponto de partida de Kant foi verificar que nem o racionalismo e nem o empirismo explicavam de forma satisfatória a ciência, daí a Crítica da Razão Pura ter como norte a justificação da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*.<sup>1</sup>

Importante não perder de vista que embora Kant tenha dito que Hume o despertou de seu sono dogmático, o empirismo de David Hume conduziu ao ceticismo. Com efeito, Hume mesmo sendo um empirista que acredita que a fonte e o critério seguro do conhecimento seja a experiência, não aceitou uma solução dada ao problema da indução – método pelo qual os enunciados universais, as ideias, princípios e teorias científicas eram alcançados de enunciados particulares e contingentes – pois embora admitisse que todo conhecimento que se refere à matéria de fato decorra das impressões dos sentidos, das intuições sensíveis, contudo, estas nos oferecem apenas ideias particulares e contingentes, não se justificando, portanto, essa passagem de um enunciado particular e contingente para um enunciado universal.

Kant, embora concordando que sem a experiência não há conhecimento, e neste aspecto se aproxima dos empiristas, afirmou que as impressões sensíveis para se transformarem em conhecimento dependem de condições *a priori*, neste particular fez uma concessão aos racionalistas. Assim, em vista da dicotomia entre racionalistas e empiristas e, ainda, para superar também o ceticismo humeano, propugnou uma saída intermediária, a chamada filosofia transcendental, da qual se ocupará, daí a famosa afirmação de que “pensamentos sem intuições são vazios e intuições sem conceitos são cegas.”<sup>2</sup>

## 1. LÓGICA – NOÇÃO

A título preliminar, releva trazer à lume algumas noções ou explicitações básicas acerca dos textos analisados neste trabalho. Examinemos, assim, o que Kant entende por lógica (entendida como ciência das regras do entendimento em geral). Para ele, tudo o que acontece, seja no mundo animado ou não, obedece a certas regras e se verificarmos alguma irregularidade

---

1 KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 75.

2 KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 115

que se desvie destas regras, conclui-se que na verdade elas nos são desconhecidas. Assim, tome-se como exemplo os nossos exercícios e faculdades que se desenvolvem segundo regras que, embora no início nos sejam inconscientes, depois se nos tornam tão familiares que fica difícil pensar "in abstracto". A gramática universal, por exemplo, é a forma de uma língua em geral de sorte que se pode até falar sem conhecê-la e sem a sua consciência, mas segue suas regras.<sup>3</sup>

Kant defende que o entendimento, como uma de nossas faculdades, está ligado às regras e a fonte e a faculdade de pensar regras em geral. Assim, se a sensibilidade é a faculdade das intuições, o entendimento é a faculdade de pensar ou de submeter a regras as representações dos sentidos. O próprio entendimento leva a cabo tal papel se utilizando de regras necessárias ou contingentes. As primeiras, como indica a própria palavra são indispensáveis, já as contingentes se fazem necessárias em relação a um certo uso do entendimento (que depende de um objeto determinado do conhecimento). Mas todas as regras são consideradas necessárias quando se faz o uso do entendimento em geral, independentemente de todos os objetos particulares do pensar.

E exatamente porque tais regras não fazem distinção de objetos e por encerrarem as condições do entendimento em geral, seja ele puro ou empírico, podem ser consideradas também, além de necessárias, *a priori*. A ciência de regras gerais e necessárias é uma ciência da forma do conhecimento intelectual ou do pensar e que Kant chama de lógica. Não obstante, considera a lógica uma ciência racional não somente quanto à forma, mas também quanto à matéria, pois embora não tenha a experiência como a fonte de suas regras, tem a razão como o seu objeto.

Ele distingue a lógica da estética porque considera que enquanto a lógica é uma ciência *a priori* para um cânone do uso do entendimento e da razão, a estética contém as regras da conformidade do conhecimento com as formas da sensibilidade, já a lógica a consonância do conhecimento com as leis do entendimento e da razão.

Note-se que embora Kant considere a lógica como um cânone do uso do entendimento e da razão, e como fundamento de todas as outras ciências, por fazer total abstração de todos os objetos, esta não se presta a ser um órgãoon<sup>4</sup> de todas as demais ciências. Isto porque

---

3 KANT, Immanuel. Manual dos Cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2002, p. 25.

4 Termo grego: órgãoon que significa instrumento, utensílio (Dicionário Priberam)

entende por cânone<sup>5</sup> uma instrução sobre como se chegar a um certo conhecimento e assim exige-se que já se conheça o objeto cujo conhecimento deve ser alcançado mediante regras. Por isso, Kant defende que a Lógica não constitui sozinha um *órganon* das ciências porque pressupõe o conhecimento exato das ciências, dos seus objetos e de suas fontes.<sup>6</sup>

Kant classifica a Lógica, dadas as suas propriedades essenciais, como uma ciência da razão, não segundo a simples forma, mas também segundo a matéria, visto que suas regras não são tomadas da experiência e, ao mesmo tempo, tem como objeto a razão. A questão para a Lógica não é o que, quanto e até onde o intelecto conhece, mas como o intelecto se conhece, pois a Lógica é um conhecimento de si, o conhecimento que o intelecto e a razão têm de si mesmos, não para conhecer o poder de ambos em relação a objetos, mas unicamente segundo à forma.

Além disso, para Kant, a Lógica, segundo a matéria e segundo a forma é uma doutrina ou teoria demonstrada, pois já que não se ocupa do uso comum e, assim, empírico do intelecto e da razão, mas somente das leis universais e necessárias do pensamento em geral, a Lógica está apoiada sobre princípios *a priori*, dos quais podem ser derivadas e provadas todas as suas regras às quais devem conformar-se todo conhecimento da razão.<sup>7</sup>

Após uma enumeração de suas notas características, Kant define a Lógica nestes termos:<sup>8</sup>

A Lógica é uma ciência racional não segundo a mera forma, mas segundo a matéria; uma ciência **a priori** das leis necessárias do pensamento, não, porém, relativamente a objetos particulares, mas a todos os objetos em geral; portanto, uma ciência do uso correto do intelecto e da razão em geral, não, porém, subjetivamente, isto é, segundo princípios empíricos (psicológicos) sobre como o intelecto pensa, mas, objetivamente, isto é, segundo princípios **a priori**, sobre como ele deve pensar.

## 1.1 Lógica geral pura e aplicada

---

5 S.m. 1. Regra, preceito (Dicionário Priberam).

6 KANT, Immanuel. Manual dos Cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2002, p. 29

7 KANT, Immanuel. Manual dos Cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2002, p. 33

8 KANT, Immanuel. Manual dos Cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2002, p. 35

Kant considera que a lógica geral pode ser pura ou aplicada, confira-se:<sup>9</sup>

A lógica geral é, pura ou aplicada. Na primeira, abstraímos de todas as condições empíricas sobre as quais se exerce o nosso entendimento, por exemplo da influência dos sentidos, do jogo da imaginação, das leis da memória, do poder do hábito, da inclinação, etc., por conseguinte também das fontes dos preconceitos e de modo geral, de todas as causas das quais nos surgem certos conhecimentos ou as quais estes possam ser imputados, visto que elas concernem apenas ao entendimento sobre certas circunstâncias de sua aplicação e que, para conhecer estas, se requer experiência. Uma lógica geral, mas pura, tem portanto que lidar só com princípios a priori e é um cânone do entendimento e da razão, mas apenas com vistas ao formal do seu uso, seja qual for o seu conteúdo (empírico ou transcendental). Uma lógica geral denomina-se, ao invés, aplicada quando está dirigida às regras do uso do entendimento sob as condições empíricas subjetivas que a Psicologia nos ensina. Possui, portanto, princípios empíricos, embora seja geral na medida em que se refere ao uso do entendimento sem distinção de objetos. Em vista disso, também não tem um cânone do entendimento em geral nem um órgão de ciências particulares, mas simplesmente um catártico do entendimento comum.

Na lógica geral, por conseguinte, a parte que deverá constituir a teoria pura da razão tem de ser totalmente distinta da que constitui a lógica aplicada (embora sempre geral). Apenas a primeira é, na verdade, uma ciência, embora curta e árida, e tal como o exige a exposição escolástica de uma teoria elementar do entendimento. Nela, porém, os lógicos devem ter sempre presentes duas regras:

1. Enquanto lógica geral, abstrai totalmente do conteúdo do conhecimento do entendimento e da diversidade dos seus objetos e refere-se apenas à simples forma do pensamento.

2. Enquanto lógica pura não tem princípios empíricos, por conseguinte nada vai buscar à psicologia (ao contrário do que por vezes se tem julgado) pelo que esta não deverá ter influência alguma sobre o cânone do entendimento. É uma doutrina demonstrada, e tudo nela tem de ser certo inteiramente a priori.

Aquilo a que dou o nome de lógica aplicada (ao invés da significação comum desta palavra, segundo a qual deveria conter certos exercícios, para os quais a lógica pura dá a regra), é uma representação do entendimento e das regras do seu uso necessário in concreto, ou seja, sob as condições contingentes do sujeito, que podem impedir ou fomentar este uso e que são todas elas dadas só empiricamente. Trata da atenção, seus obstáculos e consequências, da origem do erro, do estado de dúvida, de escrúpulo, de convicção, etc. A lógica geral e pura está para ela como a moral pura, que contém apenas as necessárias leis morais de uma vontade livre em geral, está para o que é propriamente a doutrina das virtudes, que examina essas leis em relação aos obstáculos dos sentimentos, inclinações e paixões a que os homens estão mais ou menos sujeitos e que nunca

---

<sup>9</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 116-117

pode constituir uma ciência verdadeira e demonstrada, porque, tal como a lógica aplicada, requer princípios empíricos e psicológicos.

## 1.2 Lógica geral analítica e lógica geral dialética. Critério de verdades

Além da divisão da lógica geral em pura ou aplicada, Kant divide, ainda, a lógica geral em analítica e dialética.

Esta divisão da lógica geral em analítica e dialética se refere à possibilidade ou não de a lógica apresentar um critério de verdade do ponto de vista formal e material, respectivamente.

Kant explicita o que entende por lógica analítica e lógica dialética, nestes termos:<sup>10</sup>

Ora a lógica geral resolve nos seus elementos todo o trabalho formal do entendimento e da razão e apresenta-os como princípios de toda a apreciação lógica do nosso conhecimento. Esta parte da lógica pode pois chamar-se analítica e é, por isso mesmo, a pedra de toque, pelo menos negativa, da verdade, na medida em que, primeiramente, comprovar e avaliar com base nestas regras, todo o conhecimento, quanto à sua forma, antes de investigar o seu conteúdo para descobrir se em relação ao objeto contém uma verdade positiva. Como, porém, a simples forma do conhecimento, por mais que concorde com as leis lógicas, é de longe insuficiente para constituir a verdade material (objetiva) do conhecimento, ninguém pode atrever-se a ajuizar dos objetos apenas mediante a lógica, e a afirmar seja o que for antes de sobre eles ter colhido, fora da lógica, uma informação aprofundada, para depois tentar simplesmente a sua utilização e conexão num todo coerente, segundo as leis lógicas ou, melhor ainda, para os examinar em função destas leis. Contudo há algo de tão tentador na posse de uma arte ao especiosa que consiste em dar a todos os conhecimentos a forma do entendimento, por muito vazio e pobre que se possa estar quanto ao seu conteúdo, que essa lógica geral, que é apenas um cânone para julgar, tem sido usada como um órganon para realmente produzir afirmações objetivas ou, pelo menos, dar essa ilusão, o que de fato constitui um abuso. A lógica geral considerada como pretensão órganon, chama-se dialética.

Kant, contudo, apresenta a seguinte argumentação no sentido da impossibilidade de um critério de verdade do ponto de vista do conteúdo do conhecimento, confira-se:<sup>11</sup>

---

10 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 120-121.

11 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 119

Se a verdade consiste na concordância de um conhecimento com o seu objeto, esse objeto tem, por isso, de distinguir-se de outros; pois um conhecimento é falso se não concorda com o objeto a que é referido, embora contenha algo que poderia valer para outros objetos. Ora, um critério geral da verdade seria aquele que fosse válido para todos os conhecimentos, sem distinção dos seus objetos. É, porém, claro, que, abstraindo-se nesse critério de todo o conteúdo do conhecimento (da relação ao objeto) e referindo-se a verdade precisamente a esse conteúdo, é completamente impossível e absurdo perguntar por uma característica da verdade desse conteúdo dos conhecimentos e, portanto, é impossível apresentar um índice suficiente e ao mesmo tempo universal da verdade. Como acima já designamos por matéria o conteúdo de um conhecimento, teremos de dizer: não se pode exigir nenhum critério geral da verdade do conhecimento, quanto à matéria, porque tal seria, em si mesmo, contraditório.

Para Kant, no que se refere ao conhecimento da **simples forma**, a lógica deve, na medida em que prescreve as suas regras universais e necessárias, apresentar critérios de verdade. Contudo, Kant afirma a insuficiência de tais critérios da verdade nestes termos:<sup>12</sup>

No que respeita, porém, ao conhecimento, considerado simplesmente segundo a mera forma (pondo de parte todo o conteúdo), é igualmente claro que uma lógica, na medida em que expõe as regras gerais e necessárias do entendimento, deverá nessas mesmas regras expor critérios de verdade. Tudo o que os contradiga é falso, porque o entendimento assim estaria em contradição com as regras gerais do seu pensamento e, portanto, consigo mesmo. Estes critérios referem-se, todavia, apenas à forma da verdade, isto é, do pensamento em geral e, como tais, são certos, mas não suficientes. Porque, embora um conhecimento seja perfeitamente adequado à forma lógica, isto é, não se contradiga a si próprio, pode todavia estar em contradição com o objeto. Assim, o critério puramente lógico da verdade, ou seja, a concordância de um conhecimento com as leis gerais e formais do entendimento e da razão, é uma *conditio sine qua non*, por conseguinte a condição negativa de toda a verdade; mas a lógica não pode ir mais longe, e quanto ao erro que incida, não sobre a forma, mas sobre o conteúdo, não tem a lógica pedra de toque para o descobrir.

Ora a lógica geral resolve nos seus elementos todo o trabalho formal do entendimento e da razão e apresenta-os como princípios de toda a apreciação lógica do nosso conhecimento. Esta parte da lógica pode pois chamar-se analítica e é, por isso mesmo, a pedra de toque, pelo menos negativa, da verdade, na medida em que, primeiramente, comprovar e avaliar com base nestas regras, todo o conhecimento, quanto à sua forma, antes de investigar o seu conteúdo para descobrir se em relação ao objeto contém uma verdade positiva. Como, porém, a simples forma do conhecimento, por mais que concorde com as leis lógicas, é de longe insuficiente para constituir a verdade material (objetiva) do conhecimento, ninguém pode atrever-se a ajuizar dos objetos apenas mediante a lógica, e a afirmar seja o que for antes de sobre eles ter colhido, fora da lógica, uma informação aprofundada, para depois tentar

---

12 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 120

simplesmente a sua utilização e conexão num todo coerente, segundo as leis lógicas ou, melhor ainda, para os examinar em função destas leis. Contudo há algo de tão tentador na posse de uma arte ao especiosa que consiste em dar a todos os conhecimentos a forma do entendimento, por muito vazio e pobre que se possa estar quanto ao seu conteúdo, que essa lógica geral, que é apenas um cânone para julgar, tem sido usada como um *órganon* para realmente produzir afirmações objetivas ou, pelo menos, dar essa ilusão, o que de fato constitui um abuso. A lógica geral considerada como *pretensio órganon*, chama-se dialética.

### 1.3 Lógica transcendental e sua divisão em lógica transcendental analítica e lógica transcendental dialética

Defende, ainda, o filósofo de Königsberg a existência de uma lógica transcendental, pois segundo ele, a lógica geral se ocupa apenas da **forma** do entendimento que pode ser fornecida às representações, abstraindo de todo o conteúdo do conhecimento, ou seja, a referência ao objeto, excluindo, destarte, todos os conhecimentos de conteúdo empírico. A lógica transcendental não abstrairia de todo o conteúdo do conhecimento e também se referiria igualmente à origem, o âmbito e a validade dos nossos conhecimentos de objetos na medida em que tal origem não pode ser atribuída aos objetos. A lógica transcendental só se ocupa com as leis do entendimento e da razão, mas somente na medida em que é referida *a priori* a objetos, ao contrário da lógica geral ou vulgar que se refere quer aos conhecimentos empíricos quer aos conhecimentos puros da razão.<sup>13</sup>

Após examinarmos as divisões da lógica geral, veremos agora a divisão que Kant faz da **lógica transcendental** que ele divide em **analítica transcendental e dialética transcendental**.

Kant assim concebe e caracteriza a referida divisão:<sup>14</sup>

Numa lógica transcendental, isolamos o entendimento (tal como anteriormente a sensibilidade na estética transcendental) e destacamos apenas do nosso conhecimento a parte do pensamento que tem origem no entendimento. Porém, o uso deste conhecimento puro tem por condição, que nos sejam dados objetos na

13 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. P. 118

14 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 121



intuição a que aquele conhecimento possa ser aplicado. **Pois sem a intuição faltam objetos a todo o nosso conhecimento e este seria, por isso, totalmente vazio.** Assim, a parte da lógica transcendental que apresenta os elementos do conhecimento puro do entendimento e os princípios, sem os quais nenhum objeto pode, em absoluto, ser pensado, é a analítica transcendental e, simultaneamente, uma lógica da verdade. Porque nenhum conhecimento pode contradizê-la sem que perca, ao mesmo tempo, todo o conteúdo, isto é, toda a relação a qualquer objeto e, portanto, toda a verdade. Como, porém, é muito atraente e sedutor servir-se apenas desses conhecimentos puros do entendimento e desses princípios e ainda utilizá-los para além dos limites da experiência, única fornecedora da matéria (dos objetos) a que esses conceitos puros do entendimento se podem aplicar, corre o entendimento o perigo de, mediante ocas subtilezas, fazer uso material de princípios meramente formais do entendimento puro e de julgar indiscriminadamente sobre objetos que nos não são dados, e que talvez de nenhum modo o possam ser. Como a lógica, verdadeiramente, deveria ser apenas o cânone para ajuizar do uso empírico (do entendimento), é abuso dar-lhe o valor de *órganon* para um uso geral e ilimitado, e constitui atrevimento julgar, afirmar e decidir sinteticamente sobre objetos em geral, utilizando somente o entendimento puro. Nesse caso, seria então dialético o uso do entendimento puro. A segunda parte da lógica transcendental deve ser, por conseguinte, uma crítica da aparência dialética e denomina-se dialética transcendental, não como arte de suscitar dogmaticamente tal aparência (arte, infelizmente muito corrente, de múltiplas prestidigitações metafísicas), mas enquanto crítica do entendimento e da razão, relativamente ao seu uso hiperfísico, para desmascarar a falsa aparência de I tais presunções sem fundamento e reduzir as suas pretensões de descoberta e extensão, que a razão supõe alcançar unicamente graças aos princípios transcendentais, à simples ação de julgar o entendimento puro e acautelá-lo de ilusões sofisticas.

## 2. CONHECIMENTO PURO E EMPÍRICO: CARACTERÍSTICAS

Feitas estas distinções da lógica, e tendo em vista o escopo modesto deste trabalho que está voltado para um trabalho de natureza histórico-conceitual, cumpre agora traçar uma distinção **entre conhecimento puro e empírico**, antes de adentrarmos à noção e **distinção entre juízos analíticos e sintéticos**.

Deve-se destacar, antes, contudo, que para Kant o nosso conhecimento começa com a experiência (e não na experiência), embora nem todo ele se origine só da experiência, veja:<sup>15</sup>

Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa **pela experiência**;

---

<sup>15</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 62

efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, na ordem do tempo, nenhum conhecimento precede em nós a experiência **e é com esta que todo o conhecimento tem o seu início**. Se, porém, todo o conhecimento se inicia com a experiência, isso não prova que todo ele derive da experiência. Pois bem poderia o nosso próprio conhecimento por experiência ser um composto do que recebemos através das impressões sensíveis e daquilo que a nossa própria capacidade de conhecer (apenas posta em ação por impressões sensíveis) produz por si mesma, acréscimo esse que não distinguimos dessa I matéria-prima, enquanto a nossa atenção não despertar por um longo exercício que nos torne aptos a separá-los.

Dito isto, ou seja, que não há conhecimento sem experiência, na análise dos textos kantianos desponta como relevante a noção de conhecimento a priori. Para Kant, conhecimentos *a priori* são aqueles conhecimentos independentes da experiência e de todas as impressões dos sentidos e, por isso, se distinguem dos conhecimentos empíricos porque suas fontes são *a posteriori*, isto é, na experiência.

Ele quer deixar muito bem assentado que os conhecimentos a priori não são os que são independentes desta ou daquela experiência, mas absolutamente independente de toda a experiência e aos quais se contrapõem aqueles que são possíveis apenas *a posteriori*.

Kant aponta duas características do conhecimento *a priori* e que o distingue do conhecimento empírico. **A necessidade e a universalidade** são os dois critérios que ele considera como características seguras de um conhecimento a priori. Mas não é qualquer universalidade, tem que ser a universalidade rigorosa. Com efeito, não é rigorosa a universalidade que nos fornece a experiência que, em suas palavras, é suposta e comparativa, *in verbis*:<sup>16</sup>

[...] a experiência não concede nunca aos seus juízos uma universalidade verdadeira e rigorosa, apenas universalidade suposta e comparativa (por indução), de tal modo que, em verdade, antes se deveria dizer: tanto quanto até agora nos foi dado I verificar, não se encontram exceções a esta ou àquela regra. Portanto, se um juízo é pensado com rigorosa universalidade, quer dizer, de tal modo que, nenhuma exceção se admite como possível, não é derivado da experiência, mas é absolutamente válido a priori. A universalidade empírica é,

<sup>16</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 64

assim, uma extensão arbitrária da validade, em que se transfere para a totalidade dos casos a validade da maioria, como, por exemplo, na seguinte proposição: todos os corpos são pesados. Em contrapartida, sempre que a um juízo pertence, essencialmente, uma rigorosa universalidade, este juízo provém de uma fonte particular do conhecimento, a saber, de uma faculdade de conhecimento a priori. Necessidade e rigorosa universalidade são pois os sinais seguros de um conhecimento a priori e são inseparáveis uma da outra. Porém, como na prática é umas vezes mais fácil de mostrar a limitação empírica do que a contingência dos juízos e outras vezes mais conveniente mostrar a universalidade ilimitada, que atribuímos a um juízo, do que a sua necessidade, é aconselhável servirmo-nos, separadamente, dos dois critérios, cada um dos quais é de per si infalível.

### 3. JUÍZOS ANALÍTICOS E JUÍZOS SINTÉTICOS: DISTINÇÃO

Sobre a noção de juízos analíticos e sintéticos e a sua distinção, Kant se pronuncia nos seguintes termos:<sup>17</sup>

Em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado (apenas considero os juízos afirmativos, porque é fácil depois a aplicação aos negativos), esta relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo analítico ao juízo, no segundo, I sintético. Portanto, os juízos (os afirmativos) são analíticos, quando a ligação do sujeito com o predicado é pensada por identidade; aqueles, porém, em que essa ligação é pensada sem identidade, deverão chamar-se juízos sintéticos

. I Os primeiros poderiam igualmente denominar-se juízos explicativos; os segundos, juízo extensivos; porque naqueles o predicado nada acrescenta ao conceito do sujeito e apenas pela análise o decompõe nos conceitos parciais, que já nele estavam pensados (embora confusamente); ao passo que os outros juízos, pelo contrário, acrescentam ao conceito de sujeito um predicado que nele não estava pensado e dele não podia ser extraído por qualquer decomposição. (texto do caderno era até aqui) Quando digo, por exemplo, que todos os corpos são extensos, enuncio um juízo analítico, pois não preciso de ultrapassar o conceito que ligo à palavra corpo para encontrar a extensão que lhe está unida; basta-me decompor o conceito, isto é, tomar consciência do diverso que sempre penso nele, para encontrar este predicado; é pois um juízo analítico. Em contra-partida, quando digo que todos os corpos são pesados, aqui o predicado é algo de completamente diferente do que penso no simples conceito de um corpo em geral. A adjunção de tal predicado produz, pois, um juízo sintético.

[Os juízos de experiência, como tais, são todos sintéticos, pois

---

17 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 68-69

seria absurdo fundar sobre a experiência um juízo analítico, uma vez que não preciso de sair do meu conceito para formular o juízo e, por conseguinte, não careço do testemunho da experiência. Que um corpo seja extenso é uma proposição que se verifica a priori e não um juízo de experiência. Porque antes de passar à experiência já possuo no conceito todas as condições para o meu juízo; basta extrair-lhe o predicado segundo o princípio de contradição para, simultaneamente, adquirir a consciência da necessidade do juízo, necessidade essa que a experiência nunca me poderia ensinar. Pelo contrário, embora eu já não incluía no conceito de um corpo em geral o predicado do peso, esse conceito indica, todavia, um objeto da experiência obtido mediante uma parte desta experiência, à qual posso ainda acrescentar outras partes dessa mesma experiência, diferentes das que pertencem ao conceito de objeto. Posso ainda previamente conhecer o conceito de corpo, analiticamente, pelas características da extensão, da impenetrabilidade, da figura, etc., todas elas pensadas nesse conceito. Ampliando agora o conhecimento e voltando os olhos para a experiência de onde abstraí esse conceito de corpo, encontro também o peso sempre ligado aos caracteres precedentes e, por conseguinte, acrescento-o sinteticamente, como predicado, a esse conceito. E pois sobre a experiência que se funda a possibilidade de síntese do predicado do peso com o conceito de corpo, porque ambos os conceitos, embora não contidos um no outro, pertencem, contudo, um ao outro, se bem apenas de modo contingente, como partes de um todo, a saber, o da experiência, que é, ela própria, uma ligação sintética das intuições.<sup>18</sup>

A partir desta conceituação e distinção, pode-se inferir que Kant considera possíveis três tipos de juízos, ou seja, juízo analítico, juízo sintético *a posteriori* e o sintético *a priori*.

Como visto acima, os juízos analíticos não obstante dotados de necessidade e universalidade, não oferecem muito interesse para a ciência porque não significam ou não engendram qualquer enriquecimento do nosso conhecimento, mas ele realça, não obstante, a

---

**18 Nota do tradutor:** Em lugar desta alínea lia-se em A: Donde resulta claramente: 1.º que pelos juízos analíticos o nosso conhecimento não é ampliado mas o conceito, que já possuo, é desenvolvido e tornado compreensível para mim próprio; 2.º que nos juízos sintéticos devo ter, além do conceito do sujeito, alguma coisa de diferente, X, sobre o qual se apoia o entendimento para conhecer que o predicado, que não está contido nesse conceito, todavia lhe pertence. Nos juízos empíricos, ou de experiência, não há dificuldade alguma, pois este X é a experiência completa do objeto que eu penso pelo conceito A, o qual exprime apenas uma parte dessa experiência. Na verdade, embora não incluía já no conceito de um corpo em geral o predicado do peso, esse conceito não designa menos uma parte da experiência total e a essa parte posso, pois, acrescentar ainda outras partes dessa mesma experiência, como pertencentes ao conceito do objeto. Posso previamente conhecer o conceito de corpo, analiticamente, pelos caracteres da extensão, de impenetrabilidade, de figura, etc., que são todos pensados nesse conceito. Se alargar agora o meu conhecimento e me voltar para a experiência, donde extraí este conceito de corpo, encontro também o peso, unido sempre aos caracteres precedentes. A experiência é, portanto, aquele X que está fora do conceito A e sobre o qual se funda a possibilidade de síntese do predicado B do peso com o conceito A.

importância dos juízos analíticos nestes termos:<sup>19</sup>

Ora é sobre estes princípios sintéticos, isto é, extensivos, que assenta toda a finalidade última do nosso conhecimento (A 10) especulativo a priori, pois os princípios analíticos sem dúvida que são altamente importantes e necessários, mas apenas servem I para (B 14) alcançar aquela clareza de conceitos que é requerida para uma síntese segura e vasta que seja uma aquisição verdadeiramente nova.

Os juízos sintéticos *a posteriori*, por sua vez, por lhes faltarem as notas da necessidade e da universalidade, não são importantes para a ciência, pois são contingentes e particulares e se referem à experiências que se esgotam em si mesmas. Portanto, o que interessa mesmo à ciência são os juízos sintéticos *a priori*, visto que além de atender os critérios da necessidade e da universalidade, têm a virtude de incrementar e fazer progredir o conhecimento. Antes de Kant, vários autores faziam a distinção entre duas sortes de verdades, as de razão e as de fato, cuja natureza era diversa, sem contudo precisar a terminologia. Podemos lembrar Leibniz e Hume.

Kant considera que todos os juízos matemáticos são sintéticos a priori e explica porque assim considera:<sup>20</sup>

1. Os juízos matemáticos são todos sintéticos. Esta proposição parece até hoje ter escapado às observações dos analistas da razão humana e mesmo opor-se a todas as suas conjecturas; é, contudo, incontestavelmente certa e de consequências muito importantes.

Como se reconheceu que os raciocínios dos matemáticos se processam todos segundo o princípio de contradição (o que é exigido pela natureza de qualquer certeza apodítica), julgou-se que os seus princípios eram conhecidos também graças ao princípio de contradição; nisso se enganaram os analistas, porque uma proposição sintética pode, sem dúvida, ser considerada segundo o princípio de contradição, mas só enquanto se pressuponha outra proposição sintética de onde possa ser deduzida, nunca em si própria.

Antes de mais, cumpre observar que as verdadeiras proposições matemáticas são sempre juízos *a priori* e não empíricos, porque comportam a necessidade, que não se pode extrair da experiência. I Se não se quiser admitir isso, pois bem, limitarei a minha tese à *matemática pura*, cujo conceito já de si exige que não contenha conhecimento empírico, mas um conhecimento puro e *a priori*.

19 KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 71

20 KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 72-73

Do mesmo modo, nenhum princípio de geometria pura é analítico. Que a linha reta seja a mais curta distância entre dois pontos é uma proposição sintética, porque o meu conceito de reta não contém nada de quantitativo, mas sim uma qualidade. O conceito de mais curta tem de ser totalmente acrescentado e não pode ser extraído de nenhuma análise do conceito de linha reta. Tem de recorrer-se à intuição, mediante a qual unicamente a síntese é possível.

Interessante notar que Kant enfatiza que embora a matemática se valha do princípio de contradição, isso não desnatura a sua natureza de juízos sintéticos e não analíticos, pois o princípio de contradição atua apenas na dedução de uma preposição de outra. Toda operação matemática pressupõe síntese no tempo, como na ideia de sucessão. Assim como os juízos geométricos pressupõem sínteses no espaço.

Em defesa do caráter sintético dos juízos matemáticos ou geométricos, Kant lança mão do seguinte exemplo:

Do mesmo modo, nenhum princípio de geometria pura é analítico. Que a linha reta seja a mais curta distância entre dois pontos é uma proposição sintética, porque o meu conceito de reta não contém nada de quantitativo, mas sim uma qualidade. O conceito de mais curta tem de ser totalmente acrescentado e não pode ser extraído de nenhuma análise do conceito de linha reta. Tem de recorrer-se à intuição, mediante a qual unicamente a síntese é possível.

Da leitura dos textos kantianos não resta qualquer dúvida quanto à distinção que ele traça entre juízos analíticos e juízos sintéticos. Prova e necessidade desta distinção é que segundo a sua tese, o conhecimento não depende somente da experiência e nem somente da razão, mas da conjugação da intuição, seja ela pura ou empírica, e do entendimento – razão.

#### **4. CÍRCULO DE VIENA**

Essa questão kantiana foi fundamental para pensadores que, anos depois, queriam repensar a filosofia como método de legitimação das ciências.

De fato, durante os anos 20 e 30 do Século XX, um grupo de filósofos promoveu estudos e seminários com vistas à unificação da ciência sob o nome de “Concepção Científica do Mundo”, promover investigações sobre o fundamento e o método da ciência, como a ciência chega ao conhecimento do mundo.

Para os empiristas modernos ou positivistas lógicos, como eram chamados os participantes do Círculo de Viena, era preciso reconstruir a própria filosofia utilizando os recursos e método da ciência.

Se o óbice ou o objeto da investida dos positivistas era o pensamento metafísico, dado o seu caráter especulativo, e da teologia, a sua inspiração era o empirismo britânico, o iluminismo e o liberalismo que se aproximariam do espírito antimetafísico.

O Círculo de Viena tinha como pressupostos o fato de que a concepção científica do mundo não reconhecia nenhum enigma insondável, não admite os juízes sintéticos a priori porque também não admitem um conhecimento válido incondicionalmente a partir da razão pura.

A partir desses pressupostos, os empiristas lógicos defendem que os problemas filosóficos tradicionais devem ser transformados em problemas empíricos e submetidos às ciências experimentais, sendo que a tarefa dos filósofos era a de clarificação de problemas e enunciados por meio do método da análise lógica. Para os positivistas lógicos, portanto, os enunciados devem ser verificáveis e falseáveis (prováveis).

Importante notar que os positivistas lógicos do Círculo de Viena são kantianos sem os juízos sintéticos a priori. Porquanto, para eles, os juízos sintéticos a priori nada mais são do que os juízos analíticos sobre dados imediatos.

#### **4.1 Superação da metafísica pela análise da linguagem**

Considerando que o objeto de análise deste estudo centra-se nos juízos analíticos e sintéticos, será analisado agora o texto de Rudolf Carnap – *Superação da Metafísica pela Análise da Linguagem*, tendo em vista a sua pertinência e relação com a discussão ora travada.

Nesse texto Carnap sustenta que a superação d metafísica deve se dá com a adoção de uma linguagem lógica, por entender que a linguagem natural, ou sintaxe gramatical, não é capaz de evitar a formação de pseudoproposições da metafísica que decorre justamente de uma falha lógica da linguagem.

Carnap, representante do Círculo de Viena e do Empirismo lógico, afirma que desde os cétricos gregos até os empiristas do século XIX, a metafísica sempre enfrentou adversários que a consideravam falsa, pois distante da possibilidade de justificação empírica, ou mesmo incerta, já que os seus problemas iam além dos limites do conhecimento humano, ao passo que outros a tratavam como inútil, pois melhor seria se ocupar com questões práticas cotidianas dos homens<sup>21</sup>.

Acreditava Carnap que com o desenvolvimento da lógica moderna seria possível dar uma nova e mais precisa resposta à questão acerca da validade e da legitimidade da metafísica. Segundo ele, as investigações da lógica aplicada ou teoria do conhecimento que se propõem a clarificar, pela análise lógica, o conteúdo cognitivo das proposições científicas e o significado das palavras, conduzem ao um duplo resultado, ou seja, um positivo para as ciências empíricas e outro negativo quanto à metafísica, pois as suas supostas proposições seriam sem sentido. Esse resultado levado a efeito pela análise lógica permite a superação radical da metafísica o que não teria sido possível para os antimetafísicos predecessores<sup>22</sup>.

#### **4.2 Proposições sem sentido ou pseudoproposições**

---

21 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115

22 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 96



Para Carnap, quando se refere às proposições sem sentido, ele quer se limitar à proposições sem sentido em sentido estrito que são as que se caracterizam como “uma sequência de palavras que não constitui uma proposição em uma linguagem determinada”. Isto porque na verdade tal sequência de palavras não passa de uma pseudoproposição, visto que só na aparência constitui uma proposição<sup>23</sup>.

Para Carnap, a metafísica se ressent de dois tipos de pseudoproposições, vale dizer, uma que decorre da utilização de uma palavra que se supõe ter um significado e outra que resulta de palavras que embora tenham significados são combinados de forma contrária à sintaxe – conjunto de regras para a formação de proposições<sup>24</sup>.

Sobre o que se deve entender pelo significado de uma palavra, Carnap explicita nestes termos:

## 2. O significado de uma palavra

Se uma palavra (em uma linguagem determinada) tem um significado, costuma-se também dizer que ela designa um “conceito”; se uma palavra parece ter um significado, mas na verdade não tem, falamos de um “pseudoconceito”. Como explicar o surgimento de um pseudoconceito? Não é verdade que cada palavra foi introduzida em uma linguagem apenas para exprimir algo determinado, de tal modo que desde sua primeira utilização ela tinha um significado determinado? Como pode haver palavras sem significado nas línguas tradicionais? Originalmente, toda palavra (desconsiderando algumas poucas exceções, das quais daremos exemplos posteriormente) tem um significado. No curso do desenvolvimento histórico, uma palavra muda frequentemente de significado. E acontece inclusive de uma palavra perder seu antigo significado, sem ganhar um novo. Desse modo, surge um pseudoconceito. Em que consiste, afinal, o significado de uma palavra? Quais estipulações devem ser feitas no que diz respeito a uma palavra para que ela tenha um significado? (Não importa para nossas considerações se essas estipulações são enunciadas explicitamente, como no caso de algumas palavras e símbolos da ciência moderna, ou se são admitidas tacitamente, como acontece no caso da maior parte das palavras das línguas tradicionais). Em primeiro lugar, a sintaxe da palavra precisa ser fixada, isto é, o modo de ocorrência na forma proposicional mais simples em que ela pode aparecer; chamamos essa forma proposicional de proposição elementar. A forma proposicional elementar da palavra “pedra” é, por exemplo, “x é uma pedra”; nas proposições com essa forma, há no lugar de “x” qualquer designação pertencente à categoria das coisas, por exemplo, “este diamante”, “esta maçã”. Em segundo lugar, no que

23 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 96

24 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 97

concerne à proposição elementar P com a respectiva palavra, é preciso dar uma resposta à seguinte questão, que pode ser formulada de diferentes maneiras:

1. De que proposição P é dedutível, e quais proposições são dedutíveis de P? 2. Sob quais condições P deve ser verdadeira e sob quais condições, falsa? 3. Como se deve verificar P?

4. Qual é o sentido de P? (1) é a formulação correta; a formulação (2) corresponde ao jargão da lógica; (3) corresponde ao jargão da teoria do conhecimento; (4) corresponde ao jargão da filosofia (fenomenologia). Wittgenstein declarou que aquilo que os filósofos querem dizer com (4) é apreendido por (2): o sentido de uma proposição reside em seu critério de verdade. [(1) é a formulação “metalógica”; uma exposição mais detalhada da metalógica como teoria da sintaxe e do sentido será feita à frente]. No caso de muitas palavras, inclusive no caso da imensa maioria das palavras da ciência, é possível especificar o significado de uma palavra recorrendo a outras palavras (“constituição”, definição). Por exemplo, “‘Artrópodes’ são animais com corpos articulados invertebrados, membros articulados e um exoesqueleto de quitina”. Através disso, está respondida a questão mencionada para a forma proposicional elementar da palavra “artrópode”, a saber, para a forma proposicional “a coisa x é um artrópode”; por meio disso, determina-se que uma proposição com essa forma deve ser dedutível das premissas da forma “x é um animal”, “x é invertebrado”, “x tem membros articulados”, “x tem um exoesqueleto de quitina”, e que, inversamente, todas estas proposições devem ser dedutíveis daquela proposição. Por meio dessa determinação da dedutibilidade (em outras palavras: do critério de verdade, do método de verificação, do sentido) da proposição elementar sobre “artrópode”, o significado da palavra “artrópode” é fixado. Desse modo, cada palavra da linguagem é reduzida a outras palavras e, em última instância, às palavras que ocorrem nas assim chamadas “proposições observacionais” ou “proposições protocolares”. A palavra recebe seu significado por meio dessa redução<sup>25</sup>.

### 4.3 Condições de verdade e método de verificação

Carnap entende que se o significado de uma palavra é determinado por um critério – pelas relações de dedução de uma proposição elementar, por suas condições de verdade e pelo método de verificação – não resta mais qualquer margem para se definir o que se quer dizer com uma palavra. O significado está contido implicitamente no critério. De acordo com tal orientação, se nos for dada a palavra “babigo”, mas quem a inventou não souber responder em que casos concretos uma coisa é “babigo” ou não, as proposições em que tal palavra ocorre são pseudoproposições, e se, de outro lado, o seu inventor afirmar que a palavra “babigo” é

---

25 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 97

verdadeira se, e somente se, é quadrada, ela não poderá ter outro significado, além de quadrado porque o critério da quadridade a limita<sup>26</sup>.

Para Carnap, como muitas palavras metafísicas não atendem a tal critério, elas não têm significado.

Ele exemplifica com a palavra “princípio” enquanto princípio do ser como diferentes metafísicos responderam à pergunta acerca do que seria o princípio do mundo como sendo a água, o número, etc.,. Carnap diz que para saber o significado da palavra “princípio” nestas questões metafísicas, impõe-se a pergunta aos metafísicos “sob quais condições a proposição da forma ‘x é o princípio de ‘ deve ser verdadeira e sob quais condições ela deve ser falsa”, ou seja, qual a nota característica ou definição da palavra princípio. Dizer que a proposição “x é o princípio de "y” significa que y surge de x ou que x é causa da existência de y não atendem o critério acima do significado porque tais palavras são ambíguas e indeterminadas. Pontua Carnap que os metafísicos recusam o significado comum de que x, surge de x como efeito de uma relação de causa efeito, pois, do contrário, suas proposições metafísicas seriam convertendo simples proposições empíricas do mesmo tipo de que são as da física. Contudo, diz Carnap, se para os metafísicos a palavra “surgir” não deve ter o significado de uma relação de causa e efeito e se nenhum outro critério para um significado é fornecido e se ela não tem o significado original de “início”, como aquilo que é primordial no tempo, mas primordial de uma perspectiva metafísica e se também para a perspectiva metafísica nenhum critério é fornecido, deve-se concluir que a palavra “princípio” não tem significado<sup>27</sup>.

A exemplo de “princípio” e “Deus” também são termos metafísicos sem significados, à mingua de indicação por parte dos metafísicos de verdades empíricas, por exemplo, “absoluto”, o “incondicionado”, o “infinito”, etc. e, por isso, são pseudoproposições todas as supostas proposições que empregam tais palavras.

Carnap, aponta, ainda, outro tipo de pseudoproposições, ou seja, as que resultam do uso de palavras combinadas de que não resulta nenhum sentido como, por exemplo, 1) “César é” e “César é número primo”. A primeira sequência de palavra contrária a sintaxe porque no

26 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 99

27 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115. p. 100-101

lugar de um predicado, temos um conectivo como ficaria, por exemplo, se fosse assim “César é um general. Já a segunda sequência, em que pese a sua conformidade com a sintaxe, ela é sem sentido porque “número primo” é uma propriedade não de pessoas, mas de número. Esta última, embora pareça uma proposição, não é, pois não diz nada, não exprime um estado existente ou estado inexistente, Carnap diz que se retrata de pseudoproposição e que se é tentado a dizer que se trata de uma proposição, embora falsa, tendo em vista que a sintaxe não foi violada.

#### **4.4 Sintaxe Lógica como critério de identificação das pseudoproposições**

Carnap destaca a importância filosófica da sintaxe lógica para a identificação das pseudoproposições, pois a sintaxe gramatical é insuficiente, pois a divisão da sintaxe em substantivo, adjetivo, verbo, etc., não dispensa o exame do significado das palavras individuais para existir o emprego das palavras sem sentido.

Carnap afirma que a tese dele se distingue da dos antimetafísicos anteriores que consideravam a metafísica como fábula ou pura fantasia, pois a fábula pode contrariar a experiência, mas não a lógica, pode ser considerada falsa pois são dotadas de sentido, para ele, as proposições metafísicas não passam de uma sequência de palavras sem sentido.

Num exercício de argumentação em defesa da subsistência da metafísica é considerado a limitação de cognição humana, Carnap propõe a seguinte questão: (p. 107).

Para salvar a metafísica, será levantada, considerando a chamada limitação da faculdade de conhecimento humana, a seguinte objeção: as proposições metafísicas não podem ser verificadas pelo homem ou mesmo por um ser finito; mas elas podem ser consideradas talvez como conjecturas sobre aquilo que poderia ser respondido por um ser com faculdades de conhecimento superiores ou mesmo perfeitas, e enquanto conjecturas, elas ainda assim seriam dotadas de sentido.

Mas contra-argumenta dizendo que se o significado de uma palavra não pode ser especificado, ou se a sequência de palavras é formulada contrariante à sintaxe, já não tem uma questão, e, segundo Carnap, onde não há uma questão como, por exemplo, “o número sete é

sagrado”, nenhum ser onisciente pode responder e se um ser superior nos dissesse algo que não se possa verificar, o que nos disse continuará sem sentindo<sup>28</sup>.

#### 4.5 Causas ou origens da formação de pseudoproposições

Carnap acredita que os erros lógicos das pseudoproposições decorrem do uso da palavra “ser”, senão vejamos:<sup>29</sup>

Provavelmente, a maior parte dos erros lógicos cometidos em pseudoproposições repousam sobre os defeitos lógicos que se prendem ao uso da palavra “ser” em nossa língua (e das palavras correspondentes nas outras línguas, ao menos, na maior parte das línguas europeias)<sup>30</sup>. O primeiro erro é a ambiguidade da palavra “ser”; às vezes, ela é utilizada como cópula antes de um predicado (“Eu sou esfomeado”), às vezes, como a indicação de existência (“Eu sou”). Esse erro é agravado pelo fato de que os metafísicos frequentemente não são claros acerca dessa ambiguidade. O segundo erro reside na forma do verbo no segundo significado, o de existência. Por meio dessa forma verbal, tem-se a ilusão de um predicado ali onde não há nenhum. Sabe-se há muito tempo que a existência não é uma propriedade (cf. a refutação de Kant da prova ontológica de Deus). Mas apenas a lógica moderna é completamente consequente a esse respeito: ela introduz o sinal de existência em uma forma sintática tal que ele não pode se vincular a sinais para objetos, mas apenas a um predicado (cf., por exemplo, proposição III A na tabela acima). A maior parte dos metafísicos desde a Antiguidade se deixou enganar pela forma verbal e predicativa da palavra “ser”, chegando a pseudoproposições, por exemplo, “Eu sou”, “Deus é”.

Encontramos um exemplo desse erro no “cogito, ergo sum” de Descartes. Desconsideremos aqui completamente as reservas acerca do conteúdo que foram levantadas contra a premissa – se a proposição “Eu penso” é a expressão adequada do estado de coisas em questão ou se inclui talvez uma hipótese – e consideremos as duas proposições apenas do ponto de vista lógico-formal. Notamos aí dois erros lógicos essenciais. O primeiro está na conclusão “Eu sou”. O verbo “ser” é tomado aqui sem dúvida no sentido de existência; pois uma cópula não pode ser usada sem predicado; o “Eu sou” de Descartes foi entendido neste sentido. Com isso, essa proposição vai de encontro à regra lógica mencionada acima de que a existência só pode ser afirmada em ligação

28 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115. p. 107

29 *Ibid.*, p. 108-109

30 “Com a expressão “nossa língua”, Carnap se refere à língua alemã, mas o paralelo com a língua portuguesa pode ser mantido desde que se traduza o verbo alemão “sein” (e suas flexões) pelo verbo “ser” (e suas flexões), e não pelo verbo “estar”. Por essa razão, os exemplos de Carnap, “Ich bin” e “Ich bin hungrig”, foram vertidos por “Eu sou” e “Eu sou esfomeado”. (NT)

com um predicado, não em ligação com um nome (sujeito, nome próprio). Uma proposição existencial não tem a forma “a existe” (como tem aqui “eu sou”, isto é, “eu existo”), mas “existe algo de tal e tal tipo”. O segundo erro reside na passagem de “eu penso” para “eu existo”. Se for deduzida da proposição “P(a)” (“a tem a propriedade P”) uma proposição existencial, a existência só pode ser afirmada em relação ao predicado P, não em relação ao sujeito a da premissa. De “Eu sou europeu”, não se segue “Eu existo”, mas “Existe um europeu”. De “Eu penso”, não se segue “Eu sou”, mas “Existe algo pensante”.

Chama a atenção de Carnap como fonte de outro erro que contradiz a sintaxe lógica é a “confusão de esferas” dos conceitos, ou seja, enquanto no caso da palavra “ser” se emprega um significado não – predicativo como predicado, aqui se usa um predicado como predicado, mas de outra esfera como, por exemplo, “César é um número primo”, como se vê, nomes próprios e numerais pertencem à esferas distintas, logo, um não pode, sem contrariar a sintaxe lógica, predicar outro.<sup>31</sup>

Segundo Carnap, no domínio da metafísica não há perigo de se cair na falta de sentido e que se poderia, com as cautelas devidas evitar, pois não é possível haver proposições metafísicas dotadas de sentido. Isto porque a metafísica se propõe à tarefa de encontrar e exprimir um conhecimento que não é acessível à ciência empírica.<sup>32</sup>

Resultando daí que suas proposições são sem sentido porque não atendem ao método de verificação, pois algo que reside para além da experiência (uma proposição, se afirma algo, só pode afirmar um fato empírico) não pode ser dito, pensado ou questionado.<sup>33</sup>

Para Carnap, as proposições dotadas de sentidos são apenas de três tipos, ou seja, os verdadeiros em razão de forma como as analíticas de Kant – A esse tipo correspondente as fórmulas da lógica e da metafísica; as falsas em razão da sua forma, ou seja, são a negação das primeiras (contradições) e as de terceiro tipo são as que a decisão acerca da verdade ou falsidade reside nas proposições protocolares, são proposições empíricas (verdadeiras ou falsas) e pertencem à ciência empírica.<sup>34</sup>

31 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 109

32 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 110

33 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 110

34 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 110

#### 4.6 Filosofia como método de interpretação como função residual

Segundo Carnap, como a metafísica não quer afirmar proposições analíticas e como não deseja cair no domínio da ciência empírica, acaba se valendo de palavras para as quais não se pode especificar nenhum critério, e, assim são vazios de significado ou combina palavras dotadas de significado de tal modo que não resulta nem uma proposição analítica (ou a sua contradição) nem uma proposição empírica, sendo nos dois casos pseudoproposições.<sup>35</sup>

Carnap afirma que a análise lógica decreta a falta de sentido da metafísica especulativa e todo conhecimento que pretende ir além ou aquém ou, ainda, passar ao largo da experiência. Além disso, afirma que a falta de sentido alcança igualmente a filosofia dos valores ou das normas, a ética e a estética enquanto disciplina normativa. Com efeito, a validade objetiva de um valor ou de outra norma não pode ser verificada empiricamente ou ser deduzida de empíricas, ou seja, não se pode especificar um método de verificação.<sup>36</sup>

Como se viu acima, Carnap afirma que carece de validade objetiva não só a metafísica especulativa e a todo conhecimento que pretende ir além ou aquém ou, ainda, passar ao largo da experiência, mas de igual forma a filosofia dos valores ou das normas, a ética e a estética enquanto disciplina normativa. Com efeito, a validade objetiva de um valor ou de outra norma não pode ser verificada empiricamente ou ser deduzida de empíricas, ou seja, não se pode especificar um método de verificação.<sup>37</sup>

Para Carnap, uma vez que todas as proposições que podem ser afirmadas são no campo empírico e pertencem à ciência do real, à filosofia resta não proposições, nem teoria, nem sistema, mas apenas um método, vale dizer, o método da análise lógica.<sup>38</sup>

### 5. OS DOIS DOGMAS DO EMPIRISMO

35 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 111

36 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 111

37 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 111

38 Rudolf Carnap, *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*, tradução de Antônio Ianni Segatto, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115, p. 111-112

Essa teoria defendida por Carnap, segundo a qual para ter sentido, as proposições devem atender ao método de verificação e que as proposições empíricas (verdadeiras ou falsas) pertencem à ciência empírica, vai ser questionada por Quine<sup>39</sup>, seu ex-aluno e também um empirista declarado, no seu conhecido texto “Dois Dogmas do Empirismo”.

Quine, ao analisar a questão da analiticidade, que, segundo ele, pressupõe a noção de significado, questiona a teoria verificacionista que, se aceita como uma explicação adequada da sinonímia dos enunciados, poderia salvar a noção de analiticidade<sup>40</sup>.

Essa discussão entre os dois autores positivistas lógicos se torna relevante ao presente estudo por envolver o debate acerca da distinção entre os juízos sintéticos e *a priori*.

Quine<sup>41</sup> defende que o empirismo moderno foi condicionado em larga medida por dois dogmas. O primeiro deles é a crença na existência de uma divisão fundamental entre verdades que são analíticas, que seriam fundadas em significados independentes de questões de fato e verdades sintéticas que seriam fundadas em fatos. O segundo dogma seria o reducionismo que seria *"a crença de que cada enunciado significativo e equivalente a alguma construção lógica com base em termos que se referem à experiência imediata."* Quine sustenta que ambos os dogmas são mal fundamentados.

### **5.1 Natureza significado: Noções de analiticidade e de sinonímia**

Quine entende que a divisão de Kant entre verdades analíticas e verdades sintéticas já estava antecipada na proposta de divisão de Hume entre relações de ideias e questões de fato e na divisão sugerida por Leibniz entre verdades de razão e verdade de fato. Tal qual sugere Leibniz, as verdades de razão são aquelas que não poderiam ser falsas, em nenhuma hipótese, os

---

39 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

40 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011, p. 61

41 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011, p. 37



enunciados analíticos em Kant seriam aqueles que cuja negação é autocontraditória, mas que isso seria inaceitável porque careceria de valor explicativo visto que a noção de autocontradição teria a mesma necessidade de clarificação que o conceito de analiticidade.

Quine vê dois defeitos na formulação kantiana que atribuiria, em um enunciado analítico, a seu sujeito nada mais do que nele se contém, em suas palavras: *"ela se limita a enunciados da forma sujeito-predicado e recorre à noção de estar contido, que é deixada em nível metafórico"*.<sup>42</sup>

Segundo Quine, a analiticidade, de acordo com o uso que Kant faria, mais do que pela definição do termo, poderia ser reformulada nestes termos:

Um enunciado é analítico quando é verdadeiro em virtude dos significados e independentemente de fatos.<sup>43</sup>

Portanto, no seu entender, o significado está pressuposto pela formulação kantiana.

É no artigo dois dogmas do empirismo que Quine rejeita a distinção entre analítico e sintético. Esses dois dogmas consistiriam no fato de que existe uma diferença fundamental entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos e que cada enunciado sintético significativo pode ser traduzido em um enunciado sobre a experiência imediata (reducionismo).

Vale destacar que, segundo entende Quine, a importância de tal distinção - entre analítico e sintético - decorre do fato de que o analítico explicaria a prioricidade bem como a necessidade.

Quine, partindo do pressuposto de que verdade analítica é verdade em razão do significado e que verdade sintética seria em virtude de fatos, entende ser importante investigar qual seria a natureza do significado.

Nesse sentido, para ele significado são entes obscuros e confusos e que uma pesquisa semântica pode muito bem dispensar estes presumíveis entes. Aliás, para ele, isso

---

42 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011. p. 38

43 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011, p. 38

decorre de uma confusão entre significado e referência e neste sentido numa expressão o que deve ser considerado ente é o referente e não o significado. Eis o que pensa Quine:<sup>44</sup>

Uma necessidade perceptível de que haja entidades significativas pode derivar de uma falha anterior em perceber que significado e referência são distintos. Uma vez que a teoria do significado esteja nitidamente separada da teoria da referência, é necessário apenas um pequeno passo para reconhecer como primeira ocupação da teoria do significado tão-somente a sinonímia de formas linguísticas e a analiticidade dos enunciados; os próprios significados, como entidades intermediárias obscuras, podem muito bem ser abandonados.

Neste passo, de acordo com tal entendimento, não se deve considerar na discussão sobre o significado senão as noções de analiticidade e de sinonímia porque dotadas de relevância filosófica, e não o significado como ente.

Quine reconhece que não é difícil encontrar enunciados que são analíticos por aclamação filosófica, daí se justificar o confronto com a analiticidade.

## **5.2 Classes de enunciados em Quine e o holismo confirmacional**

Os enunciados analíticos se dividem, segundo Quine, em duas classes. Os da primeira classe são aqueles do tipo "p" é analítica sse (se e somente se) "p" é uma verdade lógica e, do segundo, "p" pode ser transformada em verdade lógica com substituição de sinônimo por sinônimo.<sup>45</sup>

Um exemplo dado por Quine de enunciado analítico da primeira classe é:

Nenhum homem não-casado é casado.

E um exemplo de enunciado analítico da segunda classe pode ser o seguinte, segundo Quine:

---

44 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011, p. 40

45 Nota: Todos os exemplos utilizados neste trabalho foram extraídos da obra referida de Quine, ou seja, De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011. Artigo "Os Dois Dogmas do Empirismo".

Nenhum solteiro é casado

Como se pode ver, o segundo enunciado pode ser transformado em uma verdade lógica (enunciado analítico da primeira classe) pela substituição de solteiro pelo seu sinônimo "homem não-casado".

Como nas duas classes de enunciados analíticos a analiticidade envolve verdade lógica e sinonímia é importante ter presente uma noção destes termos.

Verdade lógica - definição:

É um enunciado que é verdadeiro e permanece verdadeiro em todas as reinterpretações de seus outros componentes que não são as partículas lógicas (p. 41) ou em outras palavras, uma frase "p" é uma verdade lógica sse (se e somente se) "p" é uma frase verdadeira sob todas as interpretações de seu vocabulário não lógico.

Quanto à sinonímia (note-se que esta constitui o foco principal de Quine visto que embora ele não aceite a analiticidade dos enunciados da primeira classe, ele a tem como claro o bastante) Quine considera que uma expressão "a" é sinônima de uma expressão "b" sse (se e somente se) "a" pode ser substituída por "b" em uma frase "p" sem mudar o valor de verdade de "p", ou seja, substituição de uma expressão por outra, mas mantendo o valor de verdade - *salva veritate*.

Contudo, Quine defende que esta definição de sinonímia não é adequada para qualquer tipo de linguagem. Segundo ele, é inadequada para linguagens extensionais, mas admite adequada para linguagens intensionais. Isto porque nas linguagens extensionais - aquelas em que expressões co-referenciais ou co-extensionais são sempre substituíveis *salva veritate*, a lei de Leibniz funciona, o resultado da aplicação daquela definição embora satisfaça a "definição" de sinonímia, não se alcança sinonímia. Explicando melhor. Nas linguagens extensionais quando substituímos uma expressão por outra e como tal se dá *salva veritate*, o valor de verdade permanece constante, mas o mesmo não ocorre com o significado das expressões em jogo. Vejamos um exemplo:

a) Vésper é Lúcifer

Se substituirmos a segunda expressão "Lúcifer" por Vésper, fica assim:

a.1) Vésper é Vésper

Como se nota, embora o valor de verdade continue o mesmo, já que se trata da mesma coisa (lei de Leibniz), o significado não é o mesmo (não são sinônimas cognitivas).

A definição de sinonímia em linguagens intensionais (incluem expressões do tipo "necessariamente" ou "é necessário que" parece adequada para Quine porque além das expressões serem substituíveis *salva veritate*, se alcança sinonímia.

Vamos ilustrar com os seguintes exemplos:

1) "É necessário que se alguém é solteiro, então é não-casado"

2) "É necessário que se alguém é não-casado, então é não casado".

Pode-se perceber que o resultado é generalizável, salva a verdade e mantém o significado no campo das linguagens intensionais.

Quine, contudo, afirma que isso não resolve o problema da analiticidade porque para explicar a sinonímia foi preciso recorrer à necessidade e para clarificar o que seja necessidade ou dizer "é necessário que "p" é dizer que "p" é analítica.

Em outras palavras, Quine alega que o argumento que aspira explicar a analiticidade é circular, já que para explicar a analiticidade, precisamos da sinonímia e para explicar a sinonímia, precisamos da necessidade e, finalmente, para explicar a necessidade, precisamos da analiticidade.

Diante disso, Quine analisa o segundo dogma do empirismo, ou seja, reducionismo e, assim, tenta demonstrar porque rejeita a distinção entre o analítico e o sintético.

Como sabido, de acordo com o reducionismo, cada enunciado sintético significativo pode ser traduzido em um enunciado sobre a experiência imediata.

Quine começa por examinar se a teoria verificacional do significado em sua versão clássica oferece uma solução para a questão da analiticidade.

Essa teoria defende que significado de uma frase é constituído pelo conjunto de experiências que a confirmariam ou desconfirmariam, ou em outros termos, o significado de uma frase é dado pelo método de verificação.

Quine adota uma perspectiva otimista quanto à teoria referida porque entende que ela pode ajudar na elucidação da noção de sinonímia, visto que se pode sustentar que duas frases são sinônimas se e somente se (sse) são verificáveis pelas mesmas experiências, logo, sinonímia é igual a equivalência ou identidade verificacional.

Assim, partindo desta concepção de sinonímia, se poderia definir a analiticidade porque uma frase é analítica se e somente se (sse) é sinônima de uma verdade lógica, ou seja, sse é confirmada por qualquer circunstância.

O resultado ou a explicação da analiticidade seria alcançado se fosse demonstrada a identidade ou equivalência entre a teoria verificacional do significado e sinonímia.

Porém, Quine, sustenta que não há para cada frase de uma teoria um conjunto de experiências que confirme ou desconfirme, ou seja, a confirmação empírica não se dá frase por frase, *in verbis*:

Minha contraproposta, tirada essencialmente da doutrina do mundo físico de Carnap no 'no Aufbau' é que nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como um corpo organizado.<sup>46</sup>

Segundo Quine, se fizesse sentido falar em confirmação de frases isoladas, faria sentido também falar em casos limites, onde as frases isoladas poderiam ser confirmadas por tudo, por qualquer experiência.<sup>47</sup>

Se isso fosse possível, de fato, se cuidaria de frases analíticas. Contudo, Quine rechaça tal teoria e alega que o isolacionismo confirmacional é falso o que acaba por interromper a saída verificacionista para a analiticidade.

Para Quine, a confirmação não ocorre para frases isoladas, mas ocorre somente

---

46 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaio Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011. p. 65

47 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaio Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011, p. 65

com respeito a corpos teóricos. De acordo com esse holismo confirmacional, qualquer frase que componha um corpo teórico pode, em princípio, ser revisada pela experiência. Admite que até mesmo frases da lógica e da matemática podem ser revisadas diante de um resultado negativo da experiência.<sup>48</sup>

Quine, conclui reafirmando a inexistência de uma distinção real entre o analítico e o sintético, entre aquilo que é necessário e *a priori* não sujeito à revisão pela experiência e aquilo que é contingente e *a posteriori* e, assim, que pode ser revisado pela experiência.

Agora que viu que Quine rejeita a distinção entre juízos analíticos e sintéticos<sup>49</sup>, não obstante tal distinção sobreviva de forma evidente, como se viu acima, releva que se teça algumas considerações acerca dos juízos e conhecimentos sintéticos *a priori*, dada à recusa do empirismo moderno em reconhecer a sua possibilidade e a concepção científica do mundo que se inclina em aceitar apenas as proposições empíricas referentes a objeto de toda a espécie e proposições analíticas da lógica e da matemática.

Segundo Kant, já que devem existir razões nas ciências algo nelas deve ser conhecido *a priori* e o conhecimento da razão pode ser referido de dois modos ao seu objeto, ou seja, para determinar o objeto e o seu conceito ou para torná-lo real. No primeiro caso é conhecimento teórico e no segundo conhecimento prático da razão. A parte pura de ambos esses conhecimentos, vale dizer, aquela em que a razão determina o seu objeto de modo inteiramente *a priori*, deve ser exposta antes sozinha, não devendo ser mesclada com aquela que provém de outras fontes.<sup>50</sup>

A Matemática e a Física, para Kant, são conhecimentos teóricos que devem determinar os seus objetos *a priori*, sendo a primeira de modo inteiramente puro e na Física de pelo menos em parte puro.<sup>51</sup>

Kant afirma que para se saber algo *a priori* de modo seguro não se precisa

---

48 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaio Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011., p. 67

49 QUINE, Van Orman. De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaio Lógicos/Filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011, p. 59 e 71

50 KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 42.

51 KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 42

acrescentar nada à coisa salvo aquilo que resulta necessariamente daquilo que se havia colocado no objeto segundo o seu conceito.

O conceito, como uma das duas únicas condições sobre as quais o conhecimento de um objeto é possível, ao lado da intuição, e enquanto categoria *a priori*, é o que torna possível a experiência, pois, afirma Kant, somente por intermédio delas pode ser pensado um objeto da experiência.<sup>52</sup>

Em defesa da realidade dos juízos sintéticos *a priori*, com as suas características, ou seja, necessário e universal, diz que, basta dirigir os olhos para todos os juízos da matemática.<sup>53</sup>

Segue, ainda, Kant dizendo que não haveria nem mesmo necessidade de recorrer a exemplos para demonstrar a realidade de princípios e conhecimentos *a priori* e imprescindíveis para a própria possibilidade da experiência, na medida em que não teria onde a própria experiência buscar a certeza, se todas as regras, segundo as quais progride, fossem continuamente empíricas e, portanto, contingentes, confira:<sup>54</sup>

Poder-se-ia também demonstrar, sem haver necessidade de recorrer a exemplos semelhantes, a realidade de princípios puros *a priori* no nosso conhecimento, que estes princípios são imprescindíveis para a própria possibilidade da experiência, por conseguinte, expor a sua necessidade *a priori*. Pois onde iria a própria experiência buscar a certeza, se todas as regras, segundo as quais progride, fossem continuamente empíricas e, portanto, contingentes? Seria difícil, por causa disso, dar a essas regras o valor de primeiros princípios. Neste lugar podemos nos bastar com ter exposto, a título de fato, juntamente com os seus critérios, o uso puro da nossa capacidade de conhecer. Todavia não é apenas nos juízos, mas ainda em alguns conceitos, que se revela uma origem *a priori*. Eliminaí, pouco a pouco, do vosso conceito de experiência de um corpo tudo o que nele é empírico, a cor, a rugosidade ou macieza, o peso, a própria impenetrabilidade; restará, por fim, o espaço que esse corpo (agora totalmente desaparecido) ocupava e que I não podereis eliminar. De igual modo, se eliminardes do vosso conceito empírico de qualquer objeto, seja ele corporal ou não, todas as qualidades que a experiência vos ensinou, não poderíeis contudo retirar-lhe aquelas pelas quais o pensais como substância ou como inerente a uma substância (embora este conceito contenha mais determinações do que o conceito de um objeto em geral). Obrigados pela necessidade com que este

---

52 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 151

53 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 64

54 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 65

conceito se vos impõe, tereis de admitir que tem a sua sede *a priori* na nossa faculdade de conhecer.

Kant parece querer dizer que mesmo quando se nega os conhecimentos *a priori* em favor somente dos conhecimentos empíricos tem-se que recorrer aos primeiros para justificar, já que não seria possível fazê-lo base em regras contingentes. É argumento muito forte e difícil de infirmá-lo.

## CONCLUSÃO

Não obstante os ataques aos juízos sintéticos *a priori* de Kant e até mesmo à divisão entre juízos analíticos e juízos sintéticos, não se pode negar a importância e a fecundidade da contribuição kantiana à teoria do conhecimento.

Neste contexto, apesar do esforço argumentativo levado a cabo por Quine no sentido da rejeição da distinção entre os juízos analíticos e juízos sintéticos, não se pode ignorar que tal distinção é reconhecida e importante e a prova disso é que tem resistido por esse longo tempo e sido objeto de estudo e reflexão por parte de grandes expoentes da filosofia e da ciência.

Com efeito, tradicionalmente em filosofia tal distinção sempre se fez como em Hume que distingue entre relações de ideias e questões de fato, em Leibniz que se refere à verdades da razão e verdade de fato e como o próprio Kant que distingue juízos sintéticos. Ademais, tal distinção se aplica a novos casos, não se limitando a uma lista fechada dos exemplos da tradição.

Diante disso caberia até mesmo a indagação aos críticos de Kant como Carnap e seu aluno Quine se eles compreenderam Kant.

Por fim, não se pode esquecer e reiterar que os dois últimos empiristas citados são kantiano sem os juízos sintéticos *a priori*.



**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

**KANT**, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. – Tradução do original alemão intitulado *Kritik der Reinen Vernunft* de Immanuel Kant, baseada na edição. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

**KANT**, Immanuel. *Manual dos Cursos de Lógica Geral*. Tradução de Fausto Castilho. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2002.

**KANT**, Immanuel. *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

**HUME**, David: *Investigações Sobre o Entendimento Humano e sobre os princípios da moral*: tradução de Jose Oscar de Almeida Marques. -São Paulo: Editora UNESP, 2004

**CARNAP**, Rudolf. *Superação da Metafísica pela Análise da Linguagem*. Tradução de Antônio Ianni Segatto. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.21; n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 95-115

**QUINE**, Van Orman. *De Um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógicos/Filosóficos*. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp. 2011.